

Cidades e Serviços

Reforma agrária, os discursos

José Sarney

É a seguinte a íntegra do discurso de improviso do presidente José Sarney ao dar posse ao ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, dr. Dante de Oliveira:

Senhor ministro Dante de Oliveira, Senhor ministro Nelson Ribeiro, Senhores ministros de Estado, Senhores governadores, Senhores parlamentares, Meus senhores e minhas senhoras,

Cabe-me, em primeiro lugar, agradecer ao ministro Nelson Ribeiro a inestimável colaboração, o grande trabalho que prestou à Nova República à frente do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Corresponde a presença de sua excelência no Mirad a um tempo de grandes desafios e de grandes construções. Corresponde à implantação definitiva do ministério. Corresponde à elaboração do primeiro plano de reforma agrária. Corresponde à elaboração de todos os planos estaduais de reforma agrária. Da legislação necessária à implementação desse programa tão necessário ao Brasil.

Nesse período, o ministro Nelson Ribeiro deu total dedicação ao seu trabalho com grande espírito público, com grande lealdade. Sua saída do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário não corresponde ao desejo do presidente da República, mas sim às vicissitudes administrativas.

Rendo essa minha homenagem e o meu reconhecimento, pessoal e em nome do governo, sabendo que o País sempre contará com seu patriotismo, a sua inteligência e a sua competência.

Entrego o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário ao dr. Dante de Oliveira, jovem brilhante, um dos expoentes de sua geração, com uma passagem fulgurante pelo Congresso Nacional, pela Câmara de Vereadores, pela Assembléia Legislativa do seu Estado natal, e com a sua recente experiência administrativa como prefeito de Curitiba.

Sei que é uma tarefa que não é fácil. Mas nos todos que trabalhamos hoje neste país não fomos convidados para tarefas fáceis. Muito mais difícil foi a tarefa daqueles que iniciaram a construção desta grande nação.

As diretrizes são as mesmas que tenho transmitido ao longo do governo. Implantarmos a reforma agrária com urgência e sem violência. Implantarmos dentro da lei, porque fora da lei não existe salvação. É a lei que nos garante a todos. Executar a lei que aí está — O Estatuto da Terra —, bem como todos os outros instrumentos que foram criados para esse grande programa. Devo recordar que o programa da reforma agrária, quando assumi o governo, e no primeiro despacho com o ministro Nelson Ribeiro, era apenas umas frases no acordo-compromisso da Aliança Democrática, que dizia apenas o seguinte: "Reforma agrária de acordo com O Estatuto da Terra. Melhorar as condições de vida do homem do campo e preços mínimos compensadores". Não encontramos nenhum programa de reforma agrária elaborado nem à disposição de um governo que desejasse executá-lo. Foi uma decisão pessoal, com o apoio dos colaboradores tão dedicados, como foi o ministro Nelson Ribeiro, que partimos para a ação definitiva de um Ministério cujo nome foi escolhido por mim como Ministério da Reforma Agrária para demonstrar e mostrar ao País a decisão de realizarmos a reforma agrária enfrentando todas as resistências e incompreensões, em seguida, partimos para a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, discutido abertamente, contestado, elogiado por todos os setores da sociedade como deve existir numa sociedade democrática.

No desdobramento desse trabalho foram feitos os planos estaduais, que estão aprovados. E tudo isto realizado no prazo de um ano, porque eu acho que foi uma etapa importantíssima e um passo decisivo

em que não se dispersou um minuto na conquista desse objetivo. Em nenhum momento recebi de qualquer setor da sociedade brasileira pressão para que retardasse esse projeto. Caminhamos dando o máximo do nosso esforço, como se tem que caminhar numa sociedade democrática sem que se possa usar dos métodos de violência ou de imposição. Dentro do diálogo, procurando estabelecer o consenso em áreas de atrito, e nesse trabalho o ministro Nelson Ribeiro foi impecável.

Mas não parou somente na elaboração das medidas necessárias, administrativas e legais para o Plano Nacional de Reforma Agrária. Durante esse período, nós desapropriamos 320 mil hectares de terras no Brasil inteiro. E foram assentadas 5.962 famílias, neste ano. Dados estes que devem ser referidos como uma atividade concomitante dentro da organização e do programa que foi elaborado.

Um trabalho dessa natureza, feito com tamanha dedicação, demonstra a determinação que sempre todos nós tivemos na equipe de governo para levar avante esse programa que é o resgate de uma dívida que o Brasil tem com o nosso sofrido homem do campo, com a necessidade de colocarmos as áreas improdutivas imediatamente a serviço da produção nacional.

É essa a tarefa que compete ao deputado Dante de Oliveira prosseguir. E desejo reter aqui, para fixar essas diretrizes, os dez mandamentos da reforma agrária que foram por nós aprovados e que hoje constam do nosso programa de governo. (Lectura dos dez mandamentos.)

I — Quem produzir nada tem a temer. A reforma agrária não violentará de maneira nenhuma a propriedade.

II — A reforma agrária busca o equilíbrio da riqueza no campo e o aumento da produtividade.

III — A reforma agrária é um projeto político de alcance nacional, não um conceito técnico ou um exercício de afirmação ideológica.

IV — É impossível o País avançar sem que se faça uma reforma profunda da estrutura fundiária. Nenhuma nação moderna estabilizou-se institucionalmente sem resolver seu problema agrário.

V — Aplicar o Estatuto da Terra é respeitar o homem do campo e assegurar a milhões de brasileiros o direito de não sofrer a mais degradante das privações humanas, que é a fome. Desenvolvendo a agricultura, garantindo a ocupação aos lavradores, vamos ter também nossas indústrias produzindo mais e o trabalho vencendo o desemprego nas cidades.

VI — O direito à propriedade é ameaçado quando o Estado ou indivíduos concentram imensas áreas improdutivas e ainda impedem que outros nelas produzam.

VII — Queremos justiça no campo. A reforma agrária tem o objetivo de harmonizar os conflitos no campo para acabar com a injustiça e a violência nesse setor, incompatíveis com os ideais da conciliação, com os ideais cristãos e com a formação do povo brasileiro.

VIII — A reforma agrária não inicia uma guerra ou abre uma ferida, ao contrário, estamos trabalhando pelos mecanismos da convivência pacífica. A reforma agrária busca a paz e não a discórdia.

IX — A reforma agrária complementa a política agrícola para que se cumpra a função da terra, e a de produzir para uma sociedade que se urbanizou de modo que possamos ter comida barata para nosso povo.

X — A reforma agrária democratiza a propriedade, tornando-a acessível a milhões de brasileiros. Paz na terra.

Iremos, portanto, fazer a reforma agrária sem nos intimidar nem recuar diante daqueles que se armam para resistir a ela e dos que desejam que ela não se realize, com programas de invasão que em face da lei penal é crime, e em face do Código Civil é esbulho. Muito obrigado.

Dante de Oliveira

Transcrevemos, na íntegra, o discurso do dr. Dante de Oliveira ao assumir o cargo de ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário:

Autoridades e companheiros presentes.

Quero agradecer em primeiro lugar o voto de confiança em nós depositado pelo exmo. sr. presidente da República, dr. José Sarney, nesta hora difícil da Nação.

Quero agradecer ao dr. Ulysses Guimarães, presidente do meu partido, a quem o País tanto deve, e que tem sempre me orientado e acolhido afetuosamente, ao longo de minha vida pública.

Quero agradecer a presença de meus companheiros de partido que, muitos deles se deslocando de nosso Estado, aqui vieram para me trazer a solidariedade e conforto moral, com o qual nunca me faltaram no decorrer de minha vida pública, mas que nesta hora é de particular importância.

Quero dizer, com toda humildade, que estou me sentindo muito pequeno, frágil até, em face da tumultuária situação que esta pasta enfrenta, neste exato momento da vida nacional. Mas, com força moral, coragem cívica, vontade de acertar bastante e acreditando na força e na vontade de nosso povo, o suficiente para essa situação não me impor qualquer espécie de medo. Consciente de que, como disse um historiador no passado, "não existem grandes homens na história; existem, sim, situações históricas grandiosas, em que homens comuns têm de tomar decisões e as tomam ou não, definindo seu perfil na história".

Convocado pelo sr. Presidente da República, aqui estou e quero dizer aos meus concidadãos, com toda lealdade e transparência, a visão sumária que tenho das dificuldades a enfrentar e as linhas de ação básicas que orientarão nossa atuação à frente do Ministério, para dizer que estão confirmados os compromissos de mudanças assumidos por toda a sociedade brasileira desde a memorável campanha das diretas.

Não é preciso ser nenhum analista político de profundidade, para perceber que, à margem das palavras ditas em público, diversos segmentos de forças da sociedade convergem seus esforços, não para que a Reforma Agrária saia da retórica, mas, para que ela, ou não se transforme em realidade, ou, essa tentativa se apresente de tal forma tumultuada, assustadora, que gere as condições de um confronto armado no campo. A tentativa clara, pois, é de transferir o debate democrático estabelecido pela sociedade, a partir da proposta encaminhada à discussão pública pelo senhor Presidente da República, em torno da Reforma, em debate irracional, em que ao invés de argumentos razoáveis, se sobreponham os argumentos da força bruta, da violência covarde. Portanto, é preciso que fique bem claro a todos os segmentos interessados no bom andamento da Reforma que o tumulto da questão só interessa àqueles que não a querem. Da mesma forma, as forças que reagem ao progresso social das classes trabalhadoras, criando artifícios e empecilhos supostamente legais, ao rápido andamento da Reforma, estão assinando com seu comportamento, o atestado da própria insensibilidade social, da ausência de visão histórica e falta de compreensão clara de seus próprios interesses. Porque, temer uma reforma que foi debatida democraticamente, que está sendo conduzida dentro do espírito da lei especial que a conforma, o Estatuto da Terra, dos idos de 64, só pode significar falta de inteligência ou má fé. Uma reforma agrária, concebida dentro dos moldes do sistema capitalista e que tem como um dos seus objetivos o racional aproveitamento da propriedade rural, integrando-a ao processo produtivo, criando quase onze milhões de novos proprietários, beneficiando com isso, quase metade da atual população brasileira, de maneira direta; que, bem-sucedida além da promoção justa de um amplo setor da historicamente marginalizada e oprimida classe trabalhadora rural, mudará substancialmente o quadro da oferta de alimentos básicos. A população criará as condições para o estabelecimento de um mercado interno forte, onde o setor industrial encontrará a segurança que não lhe é sempre oferecida por

um mercado internacional sujeito às manipulações do imperialismo metropolitano das nações industrializadas, em detrimento das economias dos países periféricos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Quem estiver produzindo não há o que temer. Por tudo isso e muito mais, o mínimo que se poderá dizer é que, contrapor-se à reforma agrária nesse momento é impatriótico e nos deixa perplexo.

Porque, a bem da verdade, desconhecemos a manifestação de qualquer setor que se posicione claramente contra a Reforma, a não ser aqueles inconformados, sectários e incorrigíveis do a sociedade brasileira bem conhece. Mas estamos atentos àqueles que, a pretexto de ser a favor, ficam criando tais condicionamentos e empecilhos à concretização da reforma, de tal modo a inviabilizar sua prática. Igualmente, a nossa vida política está pontilhada de acusações quando saímos junto aos trabalhadores rurais, em defesa de seu direito à terra, especialmente de seu direito à vida e à proteção do poder público que sempre lhe era negado em outras épocas. Jamais estimulamos, mas compreendemos em épocas até recentes, o fato de os trabalhadores rurais ocuparem terras ociosas em meu Estado, numa desesperadora tentativa de obter condições de sustento para suas famílias. Mas não consigo entender hoje, quando existe um Plano Nacional de Reforma Agrária discutido, aprovado pelo sr. presidente da República que, reiteradas vezes, tem comparado a público para reafirmar seu compromisso com a implantação da Reforma, não consigo justificar as invasões.

Sei bem da angústia dos trabalhadores rurais, que se desesperam pela execução de uma reforma que não sai do papel. E, por isso mesmo, fiel ao nosso comportamento anterior, nos dispusemos a atender ao chamado do Sr. Presidente, para a reforma chegar aos trabalhadores, para expulsá-la dos gabinetes.

Não vim fazer um curso de doutoramento em teoria de reforma agrária; vim com o firme propósito de realizá-la. A fase do debate, a fase da programação e do planejamento, a fase da tomada da decisão política, são fatos superados. Agora, é a fase crítica, a fase da execução, da concretização da reforma. A história fará justiça ao ministro Nelson Ribeiro que, a duras penas, conduziu o barco da reforma nesse período turbulento e de incompreensões; a história fará justiça à Igreja, que tem sacerdotes covardemente assasinados quando na defesa dos humildes trabalhadores rurais; a história fará justiça aos trabalhadores que sucumbiram pela causa; a história fará justiça ao presidente Sarney que, pela primeira vez na vida do País, toma a decisão de pôr um basta à violência no campo, de fazer chegar o império da lei aos mais distantes rincões do País, de não compactuar com a impunidade, de fazer com que a reforma traga a paz e a prosperidade ao campo e, não, a guerra, a miséria e a desgraça.

Conhecemos a dimensão dos problemas que vamos enfrentar e, por isso, pedimos com humildade a compreensão e colaboração de todos os setores da sociedade brasileira, em especial do Incri e de seu quadro de servidores, para que empreendamos juntos esta grandiosa tarefa de resgatar a dívida contraída com milhões de irmãos brasileiros, sem terra e sem justiça; pedimos o desarmamento dos espíritos e das pessoas, para que o confronto irracional não se estabeleça; pedimos a compreensão de todos para o fato de que a reforma agrária é fundamental para o País e é uma tarefa tão grande, que, nenhuma pessoa, nenhum órgão conseguirá realizá-la sozinho. E tarefa de todos e, vamos realizá-la juntos.

Conclamamos os diversos setores comprometidos com a causa da reforma agrária; conclamamos nosso partido, em especial, e a todos os demais partidos; conclamamos o Congresso Nacional; conclamamos a toda a sociedade para que nos unamos nesta histórica tarefa que era um dos compromissos sagrados do nosso inesquecível Tancredo Neves.

Vamos resgatar a pesada hipoteca social que a sociedade brasileira tem com os trabalhadores rurais.

Estão todos convidados para o grande mutirão da Reforma Agrária. Tenho dito.